



Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovação

Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia

**GUIA PRÁTICO
DO PORTUGUÊS
SIMPLIFICADO
PARA DOCUMENTOS
ACESSÍVEIS**



ibict

Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tiago Emmanuel Nunes Braga
Diretor

Reginaldo de Araújo Silva
Coordenação de Administração - COADM

Ricardo Medeiros Pimenta
Coordenação de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia - COEPI

José Luis dos Santos Nascimento
Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Marcel Garcia de Souza
Coordenação-Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade - CGIT

Bianca Amaro de Melo
Coordenação-Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Alexandre Faria de Oliveira
Coordenador Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku
Coordenação de Tecnologias para Informação - COTEC



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia

GUIA PRÁTICO DO PORTUGUÊS SIMPLIFICADO PARA DOCUMENTOS ACESSÍVEIS

Autores

Mirella Balestero
Flavia Furlan Granato
Patricia Veronica Moreira
Amanda Cavalcante Pereira
Rosilene Paiva Marinho de Sousa
Flavia Karla Ribeiro Santos
Milton Shintaku

© 2023 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict

Esta obra é licenciada sob uma licença *Creative Commons - Atribuição CC BY 4.0*, sendo permitida a reprodução parcial ou total desde que mencionada a fonte.



EQUIPE TÉCNICA

Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática – CGTI

Alexandre Faria de Oliveira

Coordenador do Projeto

Milton Shintaku

Autores

Mirella Balestero

Flavia Furlan Granato

Patricia Veronica Moreira

Amanda Cavalcante Pereira

Rosilene Paiva Marinho de Sousa

Flavia Karla Ribeiro Santos

Milton Shintaku.

Revisão de texto

Flavia Furlan Granato

Flavia Karla Ribeiro Santos

Mirella Balestero

Patricia Veronica Moreira.

Diagramação e projeto gráfico

Nuielle Medeiros

Normalização

Marcelle Costal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Marcelle Costal de Castro dos Santos - CRB7/016/20

G943

Guia prático do português simplificado para documentos acessíveis / Mirella Balestero... [et al.]. - Brasília, DF: Ibict, 2023.

62 p.: il. color.

ISBN: 978-65-89167-41-9

DOI: 10.22477/9786589167419

1. Português simplificado. 2. Acessibilidade. 3. Linguagem simples. 4. Documentos de governo. I. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. II. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. III. Balestero, Mirella. IV. Título.

CDU 376:364.244(036)

Esta Guia é um produto do Projeto de Pesquisa Ecossistema de Informação Governamental Ref. Processo SEI Nº 01302.000382/2021-72(Processo de Contratação)
Ref. Processo SEI Nº 01302.000428/2021-53 (Processo de Execução)
Ref. FUNDEP - 29178

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. O PORTUGUÊS SIMPLIFICADO	13
2.1 Questões legais para linguagem acessível	14
2.2 Acessibilidade da língua	17
3. SIMPLIFICANDO O PORTUGUÊS	21
3.1 Léxico simplificado	21
3.2 Organização sintática das orações em um texto simplificado	25
3.2.1 Elementos da sintaxe	27
3.2.2 A linguagem acessível	28
3.2.3 A ordem direta dos termos em nossa língua	29
3.2.4 Sobre o aposto e adjunto adverbial	32
3.2.5 Para uma linguagem inclusiva	32
3.3 Aspectos semânticos e construção do sentido	33
3.4 Eliminando terminologias e jargões técnicos	38
3.5 Coesão e coerência textual	40
4. EXEMPLOS DE TEXTOS SIMPLIFICADOS	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	53
SOBRE OS AUTORES	59



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente guia foi criado no âmbito do Projeto de Pesquisa intitulado “Ecosistema de Informação Governamental” com o intuito de oferecer modelos para criar ou converter documentos, prioritariamente governamentais, a orientações para acessibilidade. Trata-se de um dos resultados do projeto desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) por meio da Coordenação de Tecnologias para Informação (Cotec), unidade de pesquisa vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Diante do objetivo principal de ofertar orientações sobre como criar ou converter textos em linguagem simplificada com o uso do português facilitado, este guia não tem a pretensão de ser exaustivo ou plenamente completo ante a complexidade do tema. Na verdade, ele é um primeiro passo para auxiliar os produtores de conteúdo escrito, ou mesmo falado, na criação de uma comunicação mais acessível.

Espera-se fomentar, dessa forma, o acesso à informação para usuários com pouca ou nenhuma escolaridade que possuem dificuldades no entendimento da informação apresentada de forma elaborada e com certa complexidade. Em muitos casos, essa informação expressa demasiada erudição e tecnicidade maior, podendo revelar barreiras no acesso ao seu conteúdo.

Nesse sentido, a democracia da informação, com amplo acesso ao conteúdo de documentos, principalmente aqueles presentes em documentos governamentais, reflete a preocupação dos gestores ao atendimento intrínseco desse formato de governo. Com isso, deve-se ter a preocupação de atendimento ao público-alvo do documento para que se tenha maior efetividade na mensagem.

Nota-se que existe um modelo de simplificação da língua para outros idiomas, como no inglês simplificado (*Plain English*), amplamente fomentado no ensino dessa língua como idioma estrangeiro. No entanto, esse modelo ainda não tinha sido feito na língua portuguesa. Portanto, os autores deste guia esperam contribuir, por meio de orientações para simplificação do português a ser utilizado na apresentação de informações em documentos prioritariamente governamentais, com a discussão sobre acessibilidade à informação.



01

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O acesso à informação e ao seu conteúdo é, em muitos pontos, o cerne da Ciência da Informação. Para que algo seja informado a alguém, utiliza-se a linguagem, que, em termos gerais, pode ser verbal, não verbal ou sincrética (LOPES, 1976) – mesclar o verbal e o não verbal, ou gestual e o visual, por exemplo.

A linguagem verbal diz respeito ao uso da língua (idioma) na forma oral (bate-papo, podcast, sinais sonoros, letra de música etc.) ou escrita (bilhete, receita, bula de remédio, livro etc.). Já a linguagem não verbal, se apresenta na forma de gestos, imagens, pinturas, esculturas e mais. Quando há a união de mais de uma linguagem, temos o sincretismo, que é o caso da língua de sinais (utilização de gestos pelo emissor da comunicação, que serão visualizados pelo receptor¹), mas também do cinema, da propaganda, do cartaz, do blog, entre outras linguagens sincréticas, sejam mais ou menos usuais.

Em todos os casos, a troca ou o repasse de informações ocorre pelo processo de comunicação, sendo a linguagem a ferramenta utilizada pelos seres humanos – e somente por eles – para expressão do pensamento ao interagir com o outro, que é o ato de se comunicar.

No caso da comunicação verbal, que é a que interessa neste guia, seis fatores compõem esse ato de acordo com Jakobson (2008): o remetente (quem comunica algo); o destinatário (para quem a informação é enviada); o código (sistema linguístico utilizado); a mensagem (conteúdo da informação); o contexto (situação comunicativa); e o contato (canal ou conexão psicológica ou física que possibilita que remetente e destinatário permaneçam em processo interação verbal). A proposta jakobsoniana é esquematizada como segue:

1. Segundo Schlünzen, Benedetto e Santos (2012), normalmente, os gestos são feitos com as mãos, podendo ser empregadas expressões corporais e faciais.

Figura 1 - Esquema da proposta Jakobsoniana.



Fonte: Jakobson (2008, p. 157).

Cabe ressaltar que, segundo o linguista, a comunicação pode sofrer interferência e não se efetivar plenamente. Trata-se do ruído, que, neste guia, corresponde ao uso de léxico rebuscado e aos abusos estilísticos na estrutura das orações (uso do código pelo remetente) na elaboração de textos (mensagem) dirigidos a um público constituído de pessoas com diferentes níveis de instrução escolar (destinatário).

Na comunicação da informação, por exemplo, Tubbs e Moss (2006) apresentaram uma equação de efetividade da informação que pode ir de zero (falta total na efetividade da comunicação) a um (efetividade total da comunicação). Essa equação pode ser aplicada em qualquer formato de comunicação, incluindo a comunicação efetuada por meio da escrita, exibida da seguinte maneira:

$$\text{Efetividade da comunicação} = (\text{significado recebido})/(\text{significado enviado})$$

Logo, para que se tenha total efetividade da comunicação, a mensagem enviada deve ser compreendida em dois aspectos: (i) sentido e (ii) intenção de conteúdo emitido e recebido. Entretanto, há filtros, crenças, ruídos e outros fatores que interferem na comunicação que podem ser minimizados por técnicas e métodos conhecidos, facilitando a efetividade da comunicação.

Como já foi dito, uma das formas de eliminação dos ruídos é por meio da acessibilidade à língua, mesmo que a língua materna apresente uma infinidade de possibilidades em termos estruturais, de normas, de estilos etc. Em muitos casos, documentos são feitos para os seus pares, como nos pareceres jurídicos e nos textos técnicos ou científicos, com lingua-

gem apropriada a cada situação. Contudo, quando se trata de documentos governamentais, o público-alvo pode ser o cidadão, que demonstra grande diversidade de formação educacional e necessita de informação clara, objetiva e concisa para que seja entendida em sua completude.

Há algumas iniciativas mundiais, como o Inglês Simples (*Plain English*), que se tornou um movimento para facilitar a informação por meio da linguagem clara e concisa, principalmente em documentos governamentais². Assim, o Inglês Simples possibilita aos cidadãos de língua inglesa, independente do seu nível de escolaridade, acesso ao conteúdo. Além disso, o uso de um padrão simplificado da língua pode ser útil para traduções, ensino de língua para nativos ou estrangeiros, entre outros pontos.

Contudo, a criação de orientações para um modelo de português simplificado é um desafio que transcende as questões lexicais diante de diversas possibilidades fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas etc. Nesse ângulo, urge apresentar sugestões globais para a produção e conversão de textos em português simplificado, tornando o conteúdo mais acessível a pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade.

2. Disponível em: <http://www.plainenglish.co.uk/>. Acesso em: 16 jun. 2023.



02

**O PORTUGUÊS
SIMPLIFICADO**

2. O PORTUGUÊS SIMPLIFICADO

Os dois primeiros versos do Hino Nacional Brasileiro “Ouviram do Ipiranga às margens plácidas, de um povo heróico um brado retumbante” são exemplos de como o conteúdo de um texto pode ser inacessível a algumas pessoas, mesmo escrito em língua portuguesa. Assim, ao simplificar para “As margens calmas do rio Ipiranga ouviram um grito forte de um povo valente”, pode ser que mais pessoas entendam o real significado desses versos.

Muitas vezes, as pessoas conhecem um texto e até o repetem, mas não o entendem completamente, o que comprova a necessidade de simplificá-lo e torná-lo mais claro pelo uso de modelos de conversão ou recriação de conteúdo. Desse modo, não apenas a troca de palavras menos conhecidas pelas mais comuns, mas a colocação delas em ordem direta (sujeito, verbo e complemento) pode tornar o texto mais simples. Em outras palavras, ajustes em um texto ou elaboração de um novo, seguindo certas orientações com vistas a ofertar maior clareza (colocação dos elementos da frase em discurso direto e escolhas lexicais mais conhecidas pelo leitor pressuposto), precisão e concisão, podem influenciar na acessibilidade do seu conteúdo.

Há muito tempo, várias disciplinas acadêmicas têm discutido a informação, em grande parte pelo advento do mundo digital. Contudo, muitas dessas disciplinas alegam que a democratização da informação decorre da oferta de acesso ao meio sem a devida preocupação com o acesso ao conteúdo. Isso significa que não há preocupação sobre como a informação é construída para, posteriormente, ser comunicada e, por fim, ser plenamente recebida (compreendida, assimilada).

Nessa discussão, cabe destacar que a formação morfológica da palavra ‘informação’ origina-se do latim: in (para dentro) + forma + ção (sufixo relacionado ao processo ou resultado de processo). Sendo assim, pode-se entendê-la como a ação ou o efeito de colocação para dentro de uma forma ou dar um formato para algo. Com base na etimologia da palavra informação, também é possível depreender, por extensão de sentido, que a forma dada ao que se pretende comunicar pode ser mais simples ou mais complexa.

Por tradição, deu-se maior prestígio à complexidade, isto é, ao uso de uma forma de expressão do pensamento que se mostrasse mais erudita. Dito de outro modo, havia um valor exacerbado acerca da variante culta da língua em detrimento da popular, tida como errada e de menor prestígio. Todavia, percebeu-se que tal posicionamento frequentemente afasta o conteúdo da população, como exposto nos manuais do governo e do senado brasileiros, ou seja, o Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2018) e o Manual de elaboração de textos do Senado Federal (BRASIL, 1999). Esses materiais determinam que os textos emitidos por essas instituições públicas devem ser elaborados para serem compreendidos pelo seu receptor.

Surge, dessa constatação, a necessidade de simplificação do conteúdo de documentos, principalmente os voltados à população de forma geral, que compreende uma vasta gama de pessoas com níveis educacionais diversos. Diante disso, tornar o acesso ao conteúdo mais democrático, possibilitando que brasileiros e brasileiras consigam não apenas ter o acesso aos documentos, mas principalmente ao conteúdo, demanda que ele seja escrito de forma clara e com um português simplificado.

2.1 Questões legais para linguagem acessível

Ao introduzir o texto constitucional, o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) apresenta em sua essência valores e fundamentos ideológicos, sociais ou econômicos que norteiam a instituição de um Estado Democrático, visando assegurar o exercício de direitos sociais e individuais, cujos princípios centram-se, dentre outros, na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Ademais, os objetivos fundamentais voltam-se para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e para a promoção do bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Denominada de Constituição “Cidadã”, a Constituição de 1988 consagra direitos fundamentais, a saber: democracia, informação e pluralismo. Tais direitos são compreendidos como direitos de quarta geração que compõem a última fase de institucionalização do Estado de bem-estar social dos anos 1970. Esse estado impacta de forma evidente as relações entre administração e Estado no que se refere à participação do cidadão no processo de decisão política e de gestão administrativa como

instrumento de garantias fundamentais, além do acesso a documentos e ao fundamento de decisões do poder público.

Nesse viés, embora a Constituição Federal não regulamenta expressamente a linguagem simples como instrumento de mediação das ações do Estado e da sociedade, segundo Fischer (2018, p. 42), pode-se considerar "[...] a linguagem enquanto instrumento de inclusão social e a clareza como uma questão de cidadania."

Os processos de democratização e desburocratização que o Estado vêm promovendo e implementando no exercício de suas atividades têm permitido a consolidação sobre a compreensão da linguagem simples para orientação da vida dos cidadãos por meio de diversas normas. A maioria trata aspectos isolados, como no Decreto sobre desburocratização das atividades no contexto do Poder Executivo Federal e na regulação do acesso à informação no âmbito do Poder Judiciário.

A respeito da linguagem simples, verifica-se a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), a qual estabelece, em seu artigo 5º, que é

[...] dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. (BRASIL, 2011, p. 1).

Recentemente, tramita no âmbito do Congresso Nacional o Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Linguagem Simples em Órgãos Públicos, a qual deve ser adotada especificamente nas comunicações com o cidadão. Segundo exposto no site da Câmara dos Deputados, na referida política, os objetivos:

[...] incluem possibilitar que as pessoas consigam encontrar, entender e usar facilmente as informações publicadas pelos órgãos e entidades, reduzir os custos administrativos e o tempo gasto com atividades de atendimento ao cidadão, e facilitar a participação e o controle da gestão pública pela população. (HAGE, 2022, p. 1).

O referido projeto de lei (PL n.6256/2019) teve seu substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e conceitua a linguagem simples como (BRASIL, 2019, p. 2):

[...] conjunto de técnicas para transmitir informações de maneira clara e objetiva, de modo que as palavras, a estrutura e o leiaute da mensagem permitam ao leitor encontrar facilmente o que procura, compreender o que encontrou e usar a informação.

Esse projeto também apresenta um rol que estabelece as técnicas de Linguagem Simples na redação de textos destinados ao cidadão, a saber:

- I - redigir as frases em ordem direta;
- II - redigir as frases preferencialmente em voz ativa;
- III - redigir frases curtas;
- IV - evitar frases intercaladas;
- V - desenvolver uma ideia por parágrafo;
- VI - evitar redundâncias e palavras desnecessárias;
- VII - evitar palavras abstratas;
- VIII - evitar o uso de substantivos no lugar de verbos;
- IX - usar palavras comuns, que as pessoas entendam com facilidade;
- X - usar sinônimos de termos técnicos e de jargões ou explicá-los no próprio texto;
- XI - evitar palavras estrangeiras que não sejam de uso corrente;
- XII - não usar termos pejorativos e discriminatórios;
- XIII - redigir o nome completo antes das siglas;
- XIV - organizar o texto de forma esquemática quando couber, com o uso de listas, tabelas e gráficos;
- XV - organizar o texto para que as informações mais importantes apareçam primeiro. (BRASIL, 2019, p. 2).

O mais importante, no projeto mencionado anteriormente, está em estabelecer a figura do encarregado pelo tratamento da informação em Linguagem Simples. Este, por sua vez, terá como competência a promoção de treinamento dos comunicadores do órgão sobre as técnicas da Linguagem Simples, a supervisão da aplicação dessa Lei nos órgãos públicos, bem como o recebimento de reclamações e sugestões da população, ou seja, esclarecimentos que auxiliem na adoção de providências.

Por fim, para o cumprimento da lei, “[...] caberá ao Poder Executivo poderes de cada ente da federação e poderes definir diretrizes complementares e formas de operacionalização para cumprimento desta Lei.” (BRASIL, 2019, p. 3). Diante disso, observa-se a importância da linguagem simples

como instrumento que permite aproximar o exercício da administração pública, por intermédio da realização de seus atos, aos cidadãos, usuários dos serviços públicos.

2.2 Acessibilidade da língua

Para Saussure (2021), pai da linguística moderna, a língua é um fenômeno social, sendo exclusiva dos seres humanos e colocada em uso no processo de interação entre os falantes. Isso quer dizer que uma das funções da língua é possibilitar a comunicação humana, ou seja, a transmissão de informações entre quem fala e quem recebe a mensagem.

De acordo com Fiorin (2013), todas as pessoas têm aptidão para a comunicação e o aprendizado de línguas, pois é por meio da linguagem que elas organizam e transmitem o que pensam, sentem e desejam, além da interação umas com as outras em um meio social, como explica Hjelmslev (2003). Esse é um pensamento moderno, muito diferente do que se acreditava na Antiguidade.

Segundo Aristóteles (834 AC - 322 AC), filósofo grego, como os surdos não conseguiam expressar os seus pensamentos por meio da fala, eram considerados incapazes de desenvolver o intelecto, sendo desprovidos dessa faculdade (STROBEL, 2010). A capacidade de se comunicar, nesse relato, está relacionada à manifestação oral de uma língua. Contudo, cabe ressaltar que, desde a Grécia Antiga, a escrita (sobretudo a literária) é considerada o principal meio de conservação das convenções linguísticas registradas nas gramáticas.

É importante destacar que, embora uma comunidade compartilhe o mesmo conjunto de normas linguísticas, cada pessoa o usa à sua própria maneira. Assim, cada falante da língua, na oralidade ou na escrita, imprime suas vivências pessoais, acadêmicas, profissionais, amorosas, entre outras. Em consequência disso, em uma mesma sociedade, onde coexistem grupos de falantes que diferem em termos de classes sociais, espaço geográfico (área urbana, rural, centro periferia etc.), idade, escolaridade, gênero, e assim por diante, apesar de se amparar em uma gramática normativa (ou escolar), o uso da língua sofre variações, que se dividem, principalmente, em variante culta e variante de menor prestígio.

A primeira variante é mais formal e está mais próxima da gramática normativa, e a segunda, é mais informal, constituída de léxico nem sempre dicionarizado. Apesar disso, a segunda variante ainda obedece a princípios básicos da gramática normativa, como a disposição das palavras em uma frase, por exemplo.

As pessoas que usam as variantes de menor prestígio, frequentemente, sofrem preconceito linguístico, que se revela tanto por meio de ofensas, piadas, risos disfarçados, quanto por meio de exclusão social. Bagno (2007), ao refletir sobre o mito da unidade linguística e do preconceito linguístico, relata que, se a língua portuguesa une todo o Brasil sob um único idioma, também cria estratos e preconceitos a níveis regionais e sociais. Nessa direção, o uso da chamada norma padrão, que é a variante culta de prestígio, como explica, na qualidade de símbolo de *status*, estabelece estratos sociais, rebaixando usos populares e regionais do idioma.

O mesmo ponto de vista pode ser aplicado às linguagens de especialidades, pois, ao mesmo tempo que o uso de terminologias específicas para cada caso evita equívocos e mal-entendidos, por outro lado, impede que pessoas que não compartilham conhecimentos da área compreendam a mensagem transmitida. É dessa forma que são criadas as chamadas formas específicas de atuação, como o "juridiquês", o "mediquês" e outras que, de certa maneira, excluem o outro por meio do uso da língua.

Pesquisas como a do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) em 2018 revelam que mais da metade da população brasileira é constituída de analfabetos funcionais (29%) e pessoas funcionalmente alfabetizadas (34%), porém, em um nível elementar de letramento, selecionam mais de uma informação em textos de extensão média, realizam pequenas inferências, mas ainda mais próximas de situações cotidianas (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018). Isso quer dizer que grande parte da população tem dificuldade de leitura e compreensão de textos complexos, construídos com vocabulário requintado e arranjo sintático ornado. Consequentemente, esses indivíduos enfrentam barreiras para acesso à informação, direito concedido pelo Estado, conforme Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011).

Em vista disso, faz-se necessária a promoção ao acesso à informação, sobretudo em textos governamentais. Essa ação pode ser desenvolvida ajustando a variante culta da língua para que possa ser compreendida

por quem não a utiliza no dia a dia, como será mostrado no próximo capítulo. Tornar a língua acessível, nesse sentido, é facilitar o entendimento do conteúdo por meio de uma linguagem clara, simplificada, alinhando a outras formas de acessibilidade. É, portanto, uma maneira de possibilitar que mais pessoas aprendam em sua completude o que está sendo comunicado, garantindo, assim, o direito de toda a população ao acesso à informação, visto ser " (...) inaceitável que um texto oficial ou um ato normativo não seja entendido pelos cidadãos." (BRASIL, 2018, p. 17).

03

SIMPLIFICANDO O PORTUGUÊS

3. SIMPLIFICANDO O PORTUGUÊS

A língua portuguesa, desde a sua chegada ao Brasil, sofreu grandes influências dos povos originários e, posteriormente dos africanos, criando uma variante exclusiva do país. Pouco depois, os imigrantes trouxeram colaborações com palavras novas, em grande parte voltadas à culinária, ao esporte e à cultura. Pelas próprias dimensões do país, variações estão presentes nas questões fonéticas, sintáticas e lexicais. Assim, a língua portuguesa usada no Brasil é multicultural, um grande mosaico com especificidades únicas que o diferencia do lusitano e africano.

Da mesma forma, a população brasileira é diversificada com níveis de escolaridades diferentes que torna a comunicação, principalmente a escrita, um desafio para que atinja a todos. Sabe-se dos índices de analfabetismo presentes, além dos chamados analfabetos funcionais, que possuem problemas com a interpretação dos textos escritos. Nessa perspectiva, o uso simplificado do idioma pode facilitar o acesso ao conteúdo dos documentos impressos, principalmente os governamentais, que são voltados para toda a população.

3.1 Léxico simplificado

Apesar de os documentos oficiais serem feitos para o público-leitor, a linguagem deles parece ser direcionada a especialistas da área. Sendo assim, informações técnicas são repassadas de forma complexa, dificultando a compreensão do cidadão. Em vista disso, foi necessário descobrir se há um léxico básico na língua portuguesa que facilite a escrita, ou seja, um conjunto de palavras mais frequente e didático, e quais unidades o compõem.

Mas o que é, afinal, léxico? Segundo Biderman (2006, p. 35), “[...] o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo.”. A nossa hipótese, então, neste trabalho, é de que algumas palavras são mais usadas no português e consistem em um conjunto básico para os usuários da língua, que contêm conhecimentos e dificuldades diferentes. Desse modo, esse léxico básico deveria ser usado nos documentos oficiais do Estado para facilitar a comunicação entre governo e população.

Para auxiliar na construção do Guia Prático do Português Simplificado e elaborar materiais didáticos para toda a população, foi necessário pesquisar se esse léxico já havia sido identificado e sistematizado. Sobre isso, é válido mencionar que alguns estudiosos levantaram o assunto em suas pesquisas, mas os números sobre o conjunto de palavras do português variam muito, e não há um certo e errado. Ademais, há uma pesquisa na área que não é sobre o português brasileiro, mas sim sobre o português de Portugal, demonstrando diferenças lexicais que se justificam pela história e pela cultura.

Com relação à quantidade de palavras de uma língua, é esperado que o aluno, segundo Mattos e Esteves (2020), conheça por volta de 6 mil palavras até os primeiros anos da escola, enquanto um adulto compreenda entre 25 e 40 mil palavras. Já para Biderman (1996), é proposto um vocabulário fundamental de aproximadamente 3 mil palavras. Já na pesquisa feita por Biderman e Borba, que resultou no Dicionário de frequências do português contemporâneo (variedade brasileira), comprovou-se que algumas palavras são específicas da variedade da nossa língua, diferente da variedade portuguesa.

A respeito das palavras que compõem o léxico, verifica-se que a tendência é mencionar a categoria, ou seja, qual campo semântico a unidade lexical pertence. Souza (2005), desse modo, expõe os quinze campos que são frequentes no vocabulário básico do português:

Quadro 1 - Campos nocionais do vocabulário básico do português.

1 - Cidade	9 - Meios de transporte
2 - Comércio e indústria	10 - Organização social e política
3 - Emoções e atividades intelectuais	11 - Profissões e ofícios
4 - Escola	12 - Religião
5 - Família	13 - Saúde e doença
6 - Habitação	14 - Viagem
7 - Lazer e cultura	15 - Zona rural
8 - Meios de comunicação e informação	

Fonte: Souza (2005, p. 34) com base em Biderman (2006).

De acordo com o objetivo do Guia Prático de facilitar a linguagem dos documentos governamentais direcionados ao público-alvo – cidadão –,

busca-se identificar as unidades lexicais desses campos semânticos e confirmar se realmente essas são as categorias que compilam um conjunto básico da língua portuguesa e tornam os textos mais acessíveis. Para essa tarefa, foi adotada a Linguística de *Corpus*, que, segundo Sardinha (2000, p. 325, grifo nosso):

[...] ocupa-se da coleta e exploração de *corpora*, ou conjunto de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador.

O trabalho feito por meio da semiautomatização torna mais rápida a obtenção dos resultados, das análises e da produção de materiais, como este Guia, mais preciso e autêntico. Por essa razão, o *corpus* foi compilado a partir da *World Wide Web*, dado que a internet se mostra um campo aberto para encontrar fontes pertinentes sobre o tema, em formato eletrônico e em grande escala para realizar pesquisas. Além disso, a condição gratuita e renovável da web possibilita o acesso à informação e o fácil armazenamento dos materiais.

Os dados foram pesquisados a partir de alguns critérios de busca e seleção de textos: (i) a indicação de palavras-chave por especialistas da área da Educação e de Ensino e Aprendizagem de língua para buscar referências; (ii) a indicação de palavras por parte de professores que atuam no ensino básico; e (iii) a intuição da pesquisadora para seleção e compilação do *corpus*.

O objetivo foi pesquisar materiais didáticos gratuitos sobre língua portuguesa, de 1º a 9º ano, divulgados pelo governo. Isso porque uma criança, segundo os estudiosos, aprende o léxico básico até o final do ensino fundamental II (9º ano), e este seria o conjunto lexical mais adequado em documentos oficiais.

Inicialmente, foram buscados textos no site da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE), fonte oficial do governo com as apostilas disponibilizadas por ele às escolas públicas (como exposto na Figura 2).

Figura 2 - Cadernos do Aluno.



Fonte: São Paulo (2022).

No entanto, nem todas as apostilas dos anos escolares do ensino fundamental I e II foram encontradas no site do EFAPE. Por conta disso, foi utilizado o buscador *Google*, com palavras-chave consideradas relevantes para esta pesquisa, como 'apostilas de português', 'materiais didáticos de português', 'apostilas gratuitas de português', 'apostilas do ensino fundamental', 'apostilas de português do governo' etc.

Após selecionar os textos do *corpus*, eles foram nomeados e tratados, ou seja, limpos. Esse tratamento significa converter e limpar os dados. Para isso, utilizou-se o conversor de texto, ou seja, um *OCR* capaz de transformar arquivos em *PDF* ou *JPG* em texto puro (.txt). Ademais, usou-se o *Notepad++*, um editor de texto no qual é possível ler os documentos (zipados), buscar informações que não são necessárias e relevantes para o tema e removê-las.

Como resultado das pesquisas, compilou-se um *corpus* com 121 textos, contendo 40.619 *types* e 636.789 *tokens*. As obras correspondem a apostilas do governo, materiais didáticos disponibilizados na internet e atividades de sites e *blogs*. Com o *corpus* convertido, zipado e limpo, iniciaram-se as análises no programa *AntConc* (versão 3.5.9). Em geral, o *corpus*, depois da limpeza das listas, se resume a 12.239 palavras.

Convém destacar que o *corpus* foi colocado no programa por meio de um arquivo zipado. Além disso, foi necessário rodar uma *stoplist*, ou seja, lista de palavras gramaticais que são desconsideradas na geração dos dados em virtude de sua irrelevância neste trabalho. Diante disso, obteve-se os seguintes dados: 33.185 *types* e 572.815 *tokens*.

Em seguida, na aba *WordList*, mais especificamente, em '*sort by*', selecionou-se a opção '*Sort by Freq*', pesquisando pela frequência das palavras. Até o momento, observou-se que é mais frequente o uso de substantivos, que se resume a coisas do cotidiano dos indivíduos de até 14 anos, como: feriados, datas comemorativa, folclores, brincadeiras, jogos, família, amigos, sentimentos, futebol, brinquedo, boneca, patins, gato, cachorro, amor, amizade, respeito, páscoa, ovo de páscoa, natal etc.

Além dos substantivos, foi identificada a presença constante de verbos, sobretudo no imperativo, devido aos comandos das atividades para os alunos: leia, faça, escreva, revise. O uso dos verbos no imperativo – ler, fazer, revisar – foi encontrado em propostas de exercícios com colegas de classe, incentivando o relacionamento com outras pessoas e a realização da tarefa em grupo.

Apesar de o número de palavras no *corpus* ser grande, é suficiente, para o usuário da língua, saber de 2 a 3 mil vocábulos. Nesse sentido, há um vocabulário básico e essencial na medida em que as pessoas eliminam palavras rebuscadas e técnicas do seu dia a dia, fazendo uso de uma mesma palavra para vários referentes, isto é, para mais de uma situação.

Tal vocabulário, identificado nesta pesquisa, não se mostra, contudo, completo e imexível, haja vista que mais textos poderiam ser inseridos no *corpus* (impressos, por exemplo) a depender dos critérios de seleção, do tempo de pesquisa e dos programas utilizados (importa dizer que os dados podem ser diferentes de acordo com a ferramenta escolhida). Ainda assim, acredita-se que os campos nocionais foram identificados e as palavras mais frequentes do léxico também, às quais se comportam bem para o português simplificado.

3.2 Organização sintática das orações em um texto simplificado

A fim de dar início a um componente do guia do português simplificado que atenda a todas as demandas linguísticas textuais no que diz respeito à organização sintática, parte-se de uma breve menção ao que se denomina frase e oração.

Todo ato enunciativo se traduz em uma unidade mínima de comunicação. Nele, pontuações, melodia e entonação organizam esse espaço, gerando pausas, emoções e a própria terminação do ato comunicativo. Ao dizer ou ler "Silêncio!", inclui-se ao ato enunciativo a presença de valores por meio da pontuação (no caso da escrita) e emoções por meio da entonação. A esse tipo de organização, sem a presença de um verbo, tem-se o que se apresenta como frase.

Já nas frases organizadas com verbo, tem-se o que se denomina oração. A oração, por sua vez, pode ser simples quando constituída por um só verbo, ou composta, quando há a presença de dois verbos ou mais. Vejamos:

O ministro revogou a decisão. (um período - simples).

O ministro revogou a decisão, mas garantiu sua presença na próxima sessão. (dois períodos - composto).

O fim de um período, seja ele simples ou composto, sempre (na escrita) será demarcado por um ponto: interrogação, exclamação, final, reticências ou até mesmo os dois pontos. Na fala, ele é demarcado apenas pela entonação/melodia que incidirá o fim daquele período. A combinação de palavras que formam esses períodos são descritas em nossa gramática pela sintaxe.

A origem da palavra "sintaxe" remonta ao termo grego "*syntaxis*", que carrega o significado de "organização" ou "disposição em conjunto". O vocábulo grego é composto por "*syn*", que denota "junto", e "*taxis*", que exprime "arranjo" ou "ordem". Dessa forma, "sintaxe" é o termo adotado para descrever o estudo da estrutura gramatical das frases e da organização das palavras em um idioma, tendo sua raiz etimológica na língua grega. No geral, ela dedica-se ao estudo da estrutura das frases e à forma como as palavras se combinam para formar uma gramática correta em um determinado idioma. Em essência, pode-se considerar que a sintaxe consiste em um conjunto de regras e princípios que regem a organização das palavras, frases e cláusulas a fim de construir sentenças gramaticalmente corretas.

Essa área abarca elementos como a ordem das palavras na frase, a concordância verbal e nominal, a relação entre os diferentes componentes da frase (como sujeito, verbo, objeto, complementos etc.) e a estrutura das frases nos diversos tipos de construções gramaticais, tais como perguntas, negações, afirmativas, entre outras.

Por intermédio do estudo da sintaxe, compreende-se como as palavras são organizadas para expressar significado e como diferentes estruturas gramaticais influenciam o sentido das frases. Nessa lógica, a análise sintática possibilita a identificação das funções gramaticais desempenhadas pelos elementos de uma sentença e a relação entre si.

Portanto, a compreensão da sintaxe é essencial para a aprendizagem e para o uso adequado de qualquer idioma, pois auxilia na construção de frases corretas e compreensíveis. Além disso, ela desempenha um papel importante no estudo e descrição das línguas, tanto do ponto de vista descritivo quanto teórico, sendo um dos aspectos fundamentais da gramática de um idioma.

3.2.1 Elementos da sintaxe

Na sintaxe da língua portuguesa, existem vários elementos importantes que desempenham papéis específicos na estruturação das frases. Alguns dos principais elementos sintáticos em português incluem:

- × Sujeito: é o termo que realiza ou sofre a ação do verbo na frase. Geralmente, consiste em um substantivo, um pronome ou uma expressão nominal;
- × Verbo: núcleo do predicado e expressa a ação ou o estado de ser. Ele concorda com o sujeito em número e pessoa;
- × Objeto: pode ser direto, indireto ou oblíquo. O objeto direto recebe a ação do verbo diretamente, o objeto indireto recebe a ação do verbo de forma indireta através de uma preposição, e o objeto oblíquo desempenha outras funções gramaticais, como complemento de um verbo transitivo indireto;
- × Complemento: termos que completam o sentido de um verbo, adjetivo ou substantivo na frase. Podem ser complementos verbais, adverbiais ou nominais;
- × Adjunto: são termos que acrescentam informações adicionais à frase, mas não são essenciais para a sua compreensão. Podem ser adjuntos adverbiais, adjuntos adnominais, adjuntos adverbiais de modo, entre outros;

- × **Predicativo:** termo que atribui uma qualidade ou um estado ao sujeito ou ao objeto da frase;
- × **Agente da Passiva:** é um termo que pratica a ação expressa pelo verbo na voz passiva;
- × **Aposto:** termo que se relaciona com um substantivo ou pronome da frase, adicionando informações explicativas ou identificando-o.

A sintaxe, portanto, estuda como esses elementos se combinam e se organizam para formar frases gramaticalmente corretas e expressar significado.

3.2.2 A linguagem acessível

Língua acessível é aquela desenvolvida para ser compreendida e utilizada por pessoas com diversas habilidades e necessidades. Seu propósito é assegurar que todas as pessoas, independentemente de sua capacidade física, sensorial ou cognitiva, possam interagir e compreender o conteúdo linguístico. Diversas estratégias e diversos recursos podem ser empregados para tornar uma língua acessível, como:

- × Utilização de linguagem clara e simples, evitando jargões, termos técnicos ou ambíguos para facilitar a compreensão;
- × Organização lógica e estruturada das informações com o uso de títulos, subtítulos e marcadores para tornar a leitura e a compreensão mais fáceis;
- × Inclusão de imagens e ilustrações que auxiliam na compreensão do conteúdo, especialmente para pessoas com dificuldades de leitura ou deficiência visual;
- × Disponibilização do conteúdo em diferentes formatos, como texto impresso, áudio, vídeo ou braile, para atender às necessidades individuais;
- × Utilização de símbolos e iconografia reconhecíveis e universais com o intuito de facilitar a compreensão de informações importantes;

- × Oferecimento de legendas em vídeos para pessoas com deficiência auditiva e audiodescrição para pessoas com deficiência visual, permitindo o acesso ao conteúdo audiovisual;
- × Utilização de tecnologias e ferramentas assistivas, como leitores de tela, ampliadores de texto ou dispositivos de comunicação alternativa, para permitir que pessoas com deficiências possam interagir com a língua de maneira acessível.

Uma língua acessível tem como objetivo eliminar barreiras linguísticas e promover a inclusão, proporcionando a todas as pessoas a oportunidade de participar plenamente da comunicação e ter acesso à informação.

Portanto, considerando os dois primeiros itens relacionados acima, tem-se a questão da utilização de uma linguagem clara e simples e a organização lógica e estruturada das informações. Nesse sentido, reflete-se que a sequência direta dos termos da oração facilita o entendimento do enunciado, deixando-o mais simples para a compreensão de todos, inclusive dos menos escolarizados.

3.2.3 A ordem direta dos termos em nossa língua

A estrutura SVO é uma sigla que representa a ordem básica das palavras em uma frase na língua portuguesa, ou seja, refere-se à ordem direta e mais comum que os termos se instalam. Cada letra corresponde a uma função gramatical:

- × S: Sujeito - a pessoa, animal ou coisa que realiza ou sofre a ação do verbo. O sujeito geralmente ocupa a posição inicial da frase;
- × V: Verbo - o núcleo da frase que expressa a ação ou o estado de ser. O verbo indica o que o sujeito faz ou o estado em que se encontra;
- × O: Objeto - o complemento do verbo que recebe diretamente a ação. Pode ser o objeto direto, que recebe a ação de forma direta, ou o objeto indireto, que recebe a ação por meio de uma preposição.

Essa estrutura é uma das mais comuns em português, embora seja importante destacar que a ordem das palavras pode variar de acordo com o contexto, com a ênfase ou com o estilo da frase. Por exemplo, é possível alterar a ordem para enfatizar determinados elementos ou criar efeitos estilísticos. No entanto, o SVO serve como ponto de partida para a organização gramatical básica em muitas frases da língua portuguesa, como em "Eu (S) comprei (V) um livro (O)" ou "Maria (S) está lendo (V) um jornal (O)".

Manter a ordem direta (Sujeito-Verbo-Objeto) em uma frase pode contribuir para o entendimento de pessoas com menor escolaridade ou que estejam aprendendo o idioma. Além disso, a ordem direta é amplamente utilizada na língua portuguesa e é considerada a forma mais comum e natural de organizar as palavras.

Ao seguir a ordem SVO, você permite que a estrutura da frase seja mais previsível e intuitiva para os leitores ou ouvintes, facilitando a compreensão do que está sendo comunicado. Isso é especialmente importante para pessoas que ainda estão em processo de aquisição da língua ou que não têm um amplo domínio do idioma.

É indispensável encontrar um equilíbrio entre manter a ordem direta para facilitar a compreensão e utilizar construções mais complexas em situações adequadas, considerando o contexto e o público-alvo da comunicação.

A seguir, alguns exemplos de frases que podem gerar dúvidas e comprometer o entendimento para o leitor ou ouvinte:

1. "Ao cinema fui eu." (Ordem direta: "Eu fui ao cinema."). Nesse caso, a inversão da ordem causa estranheza e pode dificultar o entendimento imediato da frase;
2. "A praia está linda no verão." (Ordem direta: "No verão, a praia está linda."). A inversão da ordem dos termos pode confundir o leitor, especialmente se ele estiver esperando a ordem direta mais comum;
3. "No campo correm os cavalos." (Ordem direta: "Os cavalos correm no campo."). A inversão da ordem sujeito-verbo causa uma quebra na estrutura padrão da frase e pode gerar confusão;

4. "Na festa dançou ela." (Ordem direta: "Ela dançou na festa."). Novamente, a inversão da ordem dos termos pode gerar estranhamento e dificultar a compreensão rápida.

Esses são exemplos simples para ilustrar como a ordem indireta pode causar dificuldades de compreensão. Contudo, é essencial notar que a ordem indireta pode ser utilizada para criar efeitos estilísticos, ênfase ou variações poéticas. Apesar dessa motivação, em situações mais informais ou para garantir a clareza da comunicação, ainda se mostra mais eficaz a ordem direta.

Na seqüência, é apresentado um exemplo de um texto redigido em uma linguagem formal, mas que busca ser claro e compreensível:

Conforme informado pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitamos a todos os colaboradores que preencham o formulário de avaliação de desempenho até o dia 15 de julho. Essa avaliação é parte essencial do processo de feedback e aprimoramento profissional. Agradecemos antecipadamente a colaboração de todos os envolvidos, uma vez que a participação de cada membro da equipe é fundamental para o desenvolvimento e o crescimento da organização.

Nesse exemplo, a estrutura SVO é utilizada, a linguagem é clara e direta, evitando-se o uso excessivo de termos técnicos ou complexos, como em: "solicitamos a todos os colaboradores que preencham o formulário de avaliação de desempenho até o dia 15 de julho". O **sujeito** é desinencial (Nós), ou seja, está subentendido pela desinência -mos do **verbo** "solicitamos"; o verbo é "solicitamos", que pede **complemento** direto e/ou indireto e, em seguida; temos os complementos "a todos os colaboradores ", que é o objeto indireto e "que preencham o formulário de avaliação de desempenho", que é objeto direto; finalizando, o **adjunto adverbial** de tempo "até o dia 15 de julho". E, assim, segue o texto, mantendo sempre esse mesmo padrão de escrita.

Percebe-se, portanto, a partir da leitura desse exemplo, a intenção de transmitir uma mensagem de maneira compreensível, mesmo mantendo uma formalidade adequada ao contexto.

3.2.4 Sobre o aposto e adjunto adverbial

Para garantir uma frase clara e acessível, a posição do aposto e dos adjuntos adverbiais pode variar dependendo do contexto e do efeito desejado. No entanto, geralmente é recomendado seguir algumas orientações:

- × **Aposto:** o aposto pode ser colocado próximo ao termo a que se refere, separado por vírgulas ou travessões, para evitar interrupções desnecessárias na estrutura da frase.

Exemplo 1: "Meu irmão, um músico talentoso, toca vários instrumentos."

Exemplo 2: "A cidade de Paris, conhecida como a Cidade Luz, é famosa por sua arquitetura e cultura."

- × **Adjuntos adverbiais:** os adjuntos adverbiais podem ser posicionados antes ou depois do verbo, dependendo da ênfase e do efeito desejados. Geralmente, eles são colocados no início ou no final da frase.

Exemplo 1: "Diligentemente, ele estudou para a prova."

Exemplo 2: "Fui ao cinema com meus amigos ontem."

- × A clareza é fundamental na escolha da posição do aposto e dos adjuntos adverbiais. É necessário considerar o fluxo natural da informação na frase e evitar estruturas que possam gerar ambiguidades ou confusão para o leitor.

3.2.5 Para uma linguagem inclusiva

É verdade que, em contextos formais, como no meio acadêmico e no mercado de trabalho, é comum priorizar uma escrita formal da língua portuguesa, mas isso não quer dizer não utilizar a estrutura SVO (Sujeito-Verbo-Objeto). Essa estrutura é considerada padrão e facilita a compreensão das frases de forma clara e objetiva, porém, muitas vezes isso não acontece e a comunicação torna-se falha.

É importante ressaltar que a língua é flexível e permite variações, especialmente em contextos mais informais ou literários, nos quais é possível

utilizar outras estruturas para criar efeitos estilísticos ou enfatizar determinados elementos. Ainda assim, é recomendado que, em ambientes formais, como no mercado de trabalho, na escrita acadêmica ou nos documentos oficiais, se siga a estrutura SVO como base para uma comunicação clara e eficaz. Essa padronização facilita a compreensão e evita possíveis ambiguidades ou confusões.

Portanto, ao redigir textos em contextos formais, é importante considerar a estrutura SVO como ponto de partida, garantindo a clareza da mensagem e adequando-se às normas linguísticas estabelecidas nesses ambientes específicos.

3.3 Aspectos semânticos e construção do sentido

Este guia tem como objetivo auxiliar na criação de uma comunicação mais acessível em documentos governamentais, pensando justamente no acesso à informação por usuários com pouca ou nenhuma escolaridade. Entende-se que textos, neste caso, documentos com jargão excessivo, metáforas e frases longas, podem ser um fator de exclusão e de não transparência, o que vai de encontro com o que as instituições governamentais pregam atualmente.

Dessa forma, o guia parte de uma prática, em consonância com o governo atual, que busca a democratização da informação para todos os cidadãos. A título de exemplo, notou-se que, com o crescimento contínuo da internet, o governo teve a preocupação de continuar fomentando a inclusão social nesse espaço digital, lançando em 2014 “O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)”, cujo intuito era o de garantir um acesso mais amplo, em que:

Uma das principais atribuições do Governo Federal é promover a inclusão social, com distribuição de renda e diminuição das desigualdades. Entre as diversas iniciativas que visam atingir esse objetivo, o governo investe no uso adequado e coordenado da tecnologia porque compreende a inclusão digital como caminho para a inclusão social. (BRASIL, 2014, p. 1).

Levando em consideração que o público-alvo de textos elaborados pelo governo é o cidadão, entende-se que este tem níveis de escolaridade variados. Portanto, o documento deve ser produzido pensando nas especificidades de seu leitor, facilitando sua compreensão, uma vez que

normalmente são textos essenciais, seja no acesso aos serviços públicos, seja no cumprimento de deveres ou direitos, ou de informações, além de garantir, conseqüentemente, a efetiva inclusão social de todos.

Pensando nisso, existem estratégias já preconizadas pelos manuais e guias sobre linguagem clara, tanto em língua portuguesa quanto em línguas estrangeiras, como o "Manual de redação da Presidência da República/Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos" (BRASIL, 2018) e "*Federal Plain Language Guidelines*" (PLAIN LANGUAGE ACTION AND INFORMATION NETWORK, 2011).

Em termos estratégicos, destacam-se as formas para simplificar o conteúdo do texto verbal, por exemplo: utilização de parágrafos com apenas um tópico, sentenças curtas e escritas na ordem direta e na voz ativa, uso de palavras familiares, evitando vocabulário rebuscado ou técnico, além de outros recursos, como aponta Fischer (2018). Destaca-se que a prática da linguagem clara inclui aspectos não só da linguagem propriamente dita, mas também do design do texto, seja ele verbal, não-verbal ou sincrético.

Ainda segundo Fischer (2018), pode-se afirmar que a linguagem clara engloba uma série de práticas discursivas que buscam facilitar a leitura – a compreensão de variados textos – e coloca em destaque a figura do enunciatário, ou seja, o leitor, priorizando sua atividade, reforçando o que foi apontado anteriormente.

Feito esse breve sobrevoo, observa-se que, ao longo do guia, foram apontados elementos que abordam maneiras para simplificar o português brasileiro. Até então, foram discutidos os aspectos linguísticos voltados para o léxico, a organização sintática – camadas importantes na simplificação do conteúdo de uma língua. Neste momento, o assunto abordado é a semântica.

Em termos linguísticos, o falante de qualquer língua tem conhecimentos que variam sobre a gramática, envolvendo questões de compreensão e de produção. Por sua vez, a descrição linguística foca justamente na descrição desses conhecimentos que o falante têm das línguas naturais, como o português, abarcando os estudos fonético/fonológico, morfológico, lexicológico, sintático e semântico.

Em termos de semântica, entende-se que ela tem como objetivo principal o estudo do significado tanto das palavras quanto das sentenças em uma determinada língua (CANÇADO, 2022). Veja o seguinte exemplo:

a) O professor pediu para o aluno pegar seus materiais.

O falante do português brasileiro entende que essa sentença traz um sentido ambíguo. Afinal, de quem são os materiais? Do aluno ou do professor? Nesse caso, o uso indevido do pronome possessivo “seus” gerou duas possíveis interpretações. Assim, nota-se que a questão da ambiguidade é um dos fenômenos típicos da semântica.

Ao pensar no português simplificado, a construção de sentido nos textos é uma preocupação recorrente de quem escreve, sobretudo porque a língua e os seus elementos constituintes passam por mudanças com o passar do tempo, sendo cada mudança, seja de sentido, seja de gramática, pequenos acontecimentos da história (BRÉAL, 1992) que precisam ser levados em consideração por parte do enunciador ao produzir um texto.

Tratando-se de documentos governamentais, em que a coesão e a coerência são fatores essenciais, o sentido das palavras empregadas torna-se relevante na composição dos textos. Por isso, o contexto das palavras escolhidas também deve ser considerado, já que a língua está em constante mudança. Em tempos acelerados com o surgimento de novas tecnologias que refletem também no uso de novas palavras, nem sempre é uma tarefa fácil escrever um texto claro para todos os leitores possíveis, como o uso ou não de estrangeirismos, de metáforas, de expressões, por exemplo. Recomenda-se, destarte, cautela na maneira em que se busca expressar as ideias e sempre pensar no leitor do texto.

Voltando para a semântica, em termos teóricos, nota-se que ela é uma disciplina com um escopo amplo. Portanto, para este texto, foram escolhidos apenas alguns dos fenômenos que podem auxiliar na escrita de um texto oficial mais claro e conciso, isto é, focando no significado local das palavras e global do próprio texto. Em vista disso, serão exploradas as:

- × Sinonímia e;
- × Ambiguidade.

A primeira, a sinonímia, acontece entre duas palavras com o mesmo sentido e que se referem “ao mesmo conjunto de fatos no mundo” (CANÇADO, 2022, p. 48), podendo ser substituídas em um determinado contexto sem ter alteração de sentido. Veja alguns exemplos de sinonímia:

b) Com o **beneplácito** das partes, a decisão foi adiada.

A palavra em negrito significa “consentimento ou aprovação”. Embora um documento governamental deva ser escrito de acordo com a gramática normativa, com uma linguagem mais formal, palavras complexas ou rebuscadas são desnecessárias, uma vez que interferem na fluidez da leitura e comprometem a compreensão do texto por todos os possíveis leitores. Nessa situação, pode-se optar pelo seu sinônimo. Assim sendo, a palavra “aprovação” seria mais apropriada:

c) Com a **aprovação** das partes, a decisão foi adiada.

Dessa forma, busque escolher palavras mais comuns, mais familiares para que uma maior parcela da população tenha acesso ao texto:

d) O delegado **perscrutou** o suspeito por uma hora.

Novamente, pode-se utilizar um sinônimo para a palavra “perscrutar”, que significa “investigar, indagar, averiguar minuciosamente”, tornando a frase mais clara:

e) O delegado **investigou** o suspeito por uma hora.

Na dúvida, opte por palavras cotidianas. Inclusive, caso o texto use determinadas ideias por repetidas vezes, pense se o uso do sinônimo vale a pena, isto é, se o sentido ficará mais obscuro com o sinônimo ou mais claro repetindo aquela mesma palavra.

Observe os seguintes exemplos:

f) A **cidade** precisa de reparos com urgência.

g) O **município** precisa de reparos com urgência.

Será que as duas sentenças (f e g) apresentam o mesmo sentido? A depender do documento, as duas palavras podem gerar problemas de

compreensão, já que se trata de sinônimos imperfeitos, ou seja, palavras parecidas, mas não totalmente idênticas. No exemplo citado, "cidade" é a área urbana do município, enquanto o "município" engloba tanto a parte rural quanto a parte urbana, sem contar quando engloba cidades menores em seu distrito.

Sabemos que escrever um texto não é fácil, pois o significado das palavras se estabelece na relação que elas têm com o todo, com o contexto. Um dos grandes problemas na construção do sentido ocorre quando uma palavra se associa a mais de um significado, o caso de palavras polissêmicas.

O segundo fenômeno, a ambiguidade, se dá na interpretação múltipla de um determinado enunciado, causando conflitos na compreensão. Existem diferentes tipos de ambiguidade (lexical, sintática etc.), contudo, abordar-se-á aqui no seu sentido mais geral, focando em um tipo apenas: o caso da homonímia. Atente-se a alguns exemplos:

h) Comprou um caderno para o amigo **que é muito bonito**.

Não é possível identificar nessa frase se o caderno é muito bonito ou se o amigo é muito bonito, pois o pronome "que" foi posicionado de uma forma que não explicita ao que se refere. Nesses casos, indica-se colocar o complemento logo após ao termo que se refere para evitar ambiguidade:

i) Comprou um caderno muito bonito para o amigo.

j) Comprou para um amigo muito bonito um caderno.

Assim, como já foi sugerido na parte sintática, a escolha por frases diretas e curtas auxiliam na compreensão de documentos, visto que evitam a construção de sentidos ambíguos.

Segundo Cançado (2022), o caso da homonímia acontece quando as palavras têm a mesma escrita e o mesmo som, mas com sentido diferente (homógrafa) ou com som idêntico e sentido e grafia diferentes (homófona). Veja alguns exemplos:

k) manga – fruta ou parte da vestimenta;

l) banco – assento ou instituição financeira;

m) acento (sinal gráfico) e assento (lugar em que se pode sentar);

n) senso (qualidade de sensato) e censo (recenseamento).

Observa-se que, nesses exemplos, a ambiguidade pode ser evitada com um pouco de cuidado na hora da escrita. No momento de dúvida, consulte um dicionário antes de escolher um termo, não só pela definição destinada, mas pela própria ortografia que pode alterar o sentido desejado.

Resumindo os aspectos importantes sobre a semântica e a construção de sentido:

- × Escolha palavras mais familiares – sinônimos são uma alternativa para ideias rebuscadas ou jargões;
- × Evite expressões estrangeiras e regionais e metáforas;
- × Em caso de repetições, observe se o sinônimo muda o sentido do enunciado ou se a repetição da palavra é mais clara;
- × Cuidado com as ambiguidades geradas pelas palavras nos enunciados. Opte por frases diretas e curtas;
- × Para evitar ambiguidades, consulte bons dicionários para verificar a definição e a ortografia.

Por fim, escreva um texto com o objetivo de informar o seu leitor, seja sucinto, claro e direto. Use a semântica a seu favor e não para impressionar.

3.4 Eliminando terminologias e jargões técnicos

Nesta parte do guia, buscou-se apontar estratégias e recursos para o uso do português simplificado como maneira de criar documentos e textos oficiais mais claros e acessíveis. Na seção 3.3, foi abordada a questão semântica e a construção de sentido, explorando noções gerais e de sinonímia e ambiguidade.

Todavia, ao refletir sobre a construção de sentido, é inevitável que surja no horizonte a seguinte dúvida: como o enunciador deve lidar com terminologias e jargões tão comuns em textos técnicos, jurídicos, governamentais,

acadêmicos? Mesmo assim, é importante se lembrar de que o público-alvo, isto é, as pessoas que lerão os textos elaborados pelo governo, é o cidadão, independentemente de sua escolaridade. Logo, o texto deve atender às necessidades e às especificidades de seu leitor, facilitando sua compreensão, o que, por sua vez, aumenta as chances de ocorrer a inclusão social de todos.

Então, na escrita de um documento oficial, deve-se colocar na balança em que medida o uso de palavras técnicas contribuirão para o sentido geral. Certamente, alguns termos são inevitáveis, enquanto outros não passam de ornamentos desnecessários utilizados em comunicações que se situam em contextos muito específicos. De acordo com Savioli e Fiorin (1999, p. 93), o jargão é um “[...] vocabulário típico de uma dada especialidade profissional.” Isso significa dizer que, para uma audiência que não seja de uma dada especialidade profissional, o seu uso é um mero preciosismo. Note alguns exemplos:

a) **Leve o condenado ao ergástulo público.**

As palavras em **negrito** são frequentemente utilizadas no contexto jurídico. Contudo, na escrita de um documento acessível, recomenda-se o uso de uma palavra do dia a dia, como existe na língua portuguesa, pois a expressão simplesmente significa “prisão, cadeia”. Nesse exemplo, evitar o uso do jargão é possível de ser feito.

Em outras esferas, no entanto, nem sempre é possível. A população mundial viveu recentemente a crise pandêmica da COVID-2019, que hoje corre no senso comum. Em 2020, certamente esse conceito e toda terminologia envolta dele eram uma preocupação do Ministério da Saúde, isto é, de como ele poderia informar a população das medidas que deveriam ser tomadas. Ainda hoje, é possível ver cartazes em escolas e hospitais com orientações de higienização.

Esse exemplo mostra, então, que documentos oficiais deveriam trazer informações e definições do termo “coronavírus” e “COVID-19” para explicar ao cidadão o que estava ocorrendo, impossibilitando o uso de sinônimos ou palavras mais comuns. Destarte, o uso de linguagem técnica, nesse caso, da saúde, era imprescindível.

Para finalizar, cabe ao enunciador a escolha de usar ou não termos técnicos em seus textos. Na dúvida, pense sempre no objetivo de informar o seu leitor, que provavelmente será um público amplo.

3.5 Coesão e coerência textual

A coesão textual diz respeito a aspectos que configuram o texto como uma unidade, e não apenas como palavras soltas. Como aponta Antunes (2005, p. 47), “[...] reconhecer, então, que um texto está coeso é reconhecer que suas partes - como disse, das palavras aos parágrafos - não estão soltas, fragmentadas, mas estão ligadas, unidas entre si.” Para a autora, a função da coesão é promover a continuidade do texto, “[...] a sequência interligada de suas partes, para que não se perca o fio de unidade que garante a sua interpretabilidade.” (ANTUNES, 2005, p. 49).

A coerência, por outro lado, diz respeito ao sentido e ao significado do texto. Val (2009, p. 6) explica que:

[...] a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual - o mundo textual- e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso.

Isso significa que não há como separar coerência da coesão, “[...] a coesão é a manifestação linguística da coerência.” (VAL, 2009, p. 6). Para que se estabeleça essa lógica interna, é que a coesão textual existe. A coesão, como aponta Antunes (2006, p. 177).

[...] é uma decorrência da própria continuidade exigida pelo texto, a qual por sua vez, é exigência da unidade que dá coerência ao texto. Existe, assim, uma cadeia facilmente reconhecível entre continuidade, unidade e coerência.

Assim, é pertinente mencionar que coesão e coerência são consequências de um processo cognitivo humano. Sobre isso, Antunes (2006, p. 178) explica que:

[...] conhecemos as coisas e as agrupamos em blocos congruentes, conforme essas coisas se apresentem como itens que guardam características comuns. A arrumação aleatória dos fatos, os significados em nossa memória

anda longe de ser um procedimento comum. Essa determinação cognitiva vai refletir-se, conseqüentemente, na arrumação também coesa (e não aleatória) das unidades com que construímos nossos textos, e essa arrumação coesa corresponde a uma das condições para que as coisas que dizemos tenham sentido, o que é o mesmo que dizer: para que nossos textos sejam coerentes.

Por isso, pensar em coesão e coerência em textos simples é tão importante, porque é a partir de tais recursos que se garante uma comunicação mais clara e articulada com o leitor. Para escrever um texto simples, de fácil entendimento para o leitor, é necessário que os recursos de coesão e coerência sejam aplicados, de forma que a leitura aconteça de forma intuitiva e fluida.

De acordo com Antunes (2006), existem quatro procedimentos coesivos principais: a repetição, a substituição, a seleção lexical e o estabelecimento de relações sintático-semântico. Porém, nem todos os recursos apresentados pelo autor e por outros manuais linguísticos funcionam para a escrita em linguagem simples, porque, apesar de contribuírem para coesão e coerência do texto, não contribuem para a concisão e a objetividade.

A respeito dos conceitos, convém explicar cada um deles. A repetição, por exemplo, diz respeito ao uso de paráfrase, de paralelismo e de repetição propriamente dita. A paráfrase e a repetição podem tornar o texto prolixo se não utilizados com cautela, além de ferir a objetividade e a concisão, que são requisitadas pela linguagem simples.

Já a substituição consiste na utilização de elipse, sinônimos, pronomes, advérbios ou caracterizadores equivalentes a termos citados anteriormente para que não haja necessidade de repetição. Observe os exemplos a seguir:

a) Xuxa foi vista essa tarde com amigas na praia. A cantora completou 60 anos de idade essa semana;

b) Xuxa foi vista essa tarde com amigas na praia, ela completou 60 anos de idade essa semana;

c) Xuxa foi vista essa tarde com amigas na praia e completou 60 anos de idade essa semana.

A seleção lexical relaciona-se à escolha de palavras que façam parte de um mesmo conjunto semântico e são essas associações semânticas que trazem coesão para o texto. Quando num texto sobre bibliotecas é esperado que se fale de estantes, cadeiras, livros, autores, páginas, prateleiras, leitores, mas perde-se a coesão e a coerência, insere-se palavras como goiaba, estilete e brinco.

Por fim, na relação sintático-semântica aparece a utilização das conjunções, conectores que promovem a ligação entre as ideias do texto. Esse é um recurso essencial para a escrita de textos claros, porque promove a fluidez e a continuidade da leitura, dando encadeamento dos enunciados e fazendo do texto realmente um tecido só. Logo, a utilização equivocada das conjunções é o que normalmente causa incoerência no texto.

Quanto à coerência, as quatro metarregras de coerência desenvolvidas por Charroles (1988) contribuem para a escrita de textos mais claros. São elas:

- × Metarregra da repetição: consiste em retomar ideias e enunciados para que se estabeleça ligação com enunciados novos;
- × Metarregra da progressão: para que um texto seja coerente, ele não pode ser circular, deve existir uma progressão semântica do conteúdo;
- × Metarregra da não-contradição: autoexplicativa, textos coerentes possuem enunciados que se sustentam e se apoiam uns aos outros. Para se manter uma linha de raciocínio, é importante não contradizê-la;
- × Metarregra da relação: os enunciados apresentados no texto devem ter relação entre si no contexto que são propostos.

É válido apontar, como explica Antunes (2006, p. 177), que:

A decisão última, em qualquer texto, sobre o que dizer e como fazê-lo, é sempre dos interlocutores, conforme seus interesses interacionais em cada circunstância. (...) Não existe, portanto, uma coerência absoluta, pura, idealizada, definida fora de qualquer situação. A coerência depende de cada situação, dos sujeitos envolvidos e de suas intenções comunicativas, como tudo o mais em relação à língua (ou relação à vida dos fatos sociais).

Tendo em vista o exposto, é de suma importância que se conheça o público leitor e o contexto em que o texto está inserido. Nesse sentido, propõe-se aqui algumas orientações desenvolvidas por Barboza e Nunes (2007, p. 31), especificamente para escrita de textos em linguagem clara que conversam com as propostas de coesão e coerência apresentadas anteriormente:

- × quando compartilhar uma informação nova, começar com a antiga, para, em seguida, introduzir a atual;
- × se estiver descrevendo algo completamente novo, começar com a informação geral sobre os objetivos ou razões para o novo, e, depois, tratar do específico;
- × escolher consistentemente as palavras;
- × evitar ambiguidade;
- × dar encadeamento às ideias;
- × evitar duplos negativos;
- × usar transições (palavra, frase, sentença ou parágrafo) que mostre o relacionamento entre uma ou mais partes do que se está se escrevendo;
- × colocar ideias paralelas em construções paralelas.



04

EXEMPLOS DE TEXTOS SIMPLIFICADOS

4. EXEMPLOS DE TEXTOS SIMPLIFICADOS

Diante da riqueza da língua portuguesa e suas inúmeras possibilidades, uma frase pode ser escrita de várias formas, num contínuo entre uma sentença complexa e erudita a uma simplificada e popular. Níveis de erudição apresentados em uma frase podem ser desconstruídos de forma a torná-la popular e, com isso, melhorar o seu entendimento por todos, priorizando as pessoas de baixa escolaridade.

Ao tomar a primeira frase do primeiro artigo da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em sua versão em português, tem-se:

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”
(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020, p. 2).

Devido ao objetivo desse texto – ser direcionado a todos –, espera-se que ele esteja em formato simplificado. Entretanto, como foi uma tradução literal do inglês “*All human beings are born free and equal in dignity and rights*” (UNITED NATIONS, 1948, p. 2), poderia ter sido ajustado para ser mais claro. Uma proposta seria:

“Todas as pessoas nascem livres, com direitos iguais e conhecendo o próprio valor”.

Evidentemente, as duas frases não possuem literalmente o mesmo significado, mas são capazes de repassar ideias semelhantes. Nesse caso, houve alterações lexicais com a seleção de palavras mais comuns do dia a dia e alteração sintática num discurso mais direto. Mesmo que as palavras “seres humanos” e “dignidade” sejam comuns, a palavra “pessoas” é mais comum ainda, assim como trocar “iguais dignidade” por “conhecendo o próprio valor” tornou a frase mais acessível.

O uso da proposição aditiva “e”, muitas vezes, pode causar mal entendidos. Apesar de a palavra “iguais” estar no plural, indicando que se refere a “direitos” e “dignidade”, nem sempre isso é entendido, por isso pode-se ter a estilística afetada, mas com um texto mais simples separando as duas.

Outro exemplo sobre como os trechos podem ser adaptados para a linguagem simples é a seguinte definição do termo "barreira" retirada do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015, p. 2).

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros[...].

A definição do termo foi adaptado para linguagem simples da seguinte forma:

Trata-se de obstáculos e comportamentos que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência a seus direitos, como:

- × Saúde;
- × Educação;
- × Habitação;
- × Transporte;
- × Lazer;
- × Segurança;
- × Liberdade para se movimentar e expressar;
- × Comunicação.

Para a adaptação do trecho, priorizou-se a concisão da definição, além de considerar que "entrave" e "obstáculo" são palavras com significados muito similares, como "comportamento" e "atitude". Por essa razão, foi escolhido apenas um significado de cada palavra. Entende-se também que "gozo, fruição e exercício" não são palavras comuns do dia a dia, podendo resumir-se simplesmente à dificuldade ou ao impedimento de acesso a direitos.

Além disso, a primeira definição é uma frase muito longa, que poderia ser menor, e o uso da locução "bem como" poderia ser substituído por

um sinônimo mais comum. Por fim, topicalizar os exemplos de direitos que são impedidos de serem acessados é uma forma de organizar a informação e torná-la mais clara para quem lê.

05

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acessibilidade é, antes de tudo, ausência de barreiras. No âmbito do acesso à informação, em particular, no ambiente digital, uma barreira comumente imposta ao usuário desse espaço de circulação de conteúdos diversos, entre eles, documentos governamentais, está relacionada ao uso pleno da língua materna, mais especificamente, à dificuldade de leitura e compreensão de textos, muitas vezes, demasiadamente complexos.

Essa complexidade da escrita é observada, por exemplo, no uso de léxico exageradamente refinado, que não faz parte das vivências diárias da maior parte da população, sobretudo analfabetos funcionais e pessoas alfabetizadas, porém com um nível elementar de letramento (conseguem compreender textos de complexidade média). Outra dificuldade que esse público leitor enfrenta na leitura é a forma como os períodos são construídos, com excesso de orações subordinadas, bem como presença de orações explicativas e/ou intercaladas. O uso de verbos no gerúndio, de metáforas, de enumerações, termos técnicos e siglas, entre outros recursos de escrita mais elaborada, também é um obstáculo à comunicação acessível.

Uma forma de tornar os documentos governamentais acessíveis é utilizando uma linguagem clara, direta, objetiva e sem floreios. Por isso, a importância de optar por um léxico mais simples, compatível com o dia a dia das pessoas menos letradas. Mas isso não é o suficiente. Os textos precisam ser construídos na variedade culta do português, todavia, utilizando a estrutura canônica, com sujeito seguido de verbo e este, de complemento (objeto direto ou indireto). Ademais, todos os recursos anteriormente mencionados precisam ser evitados e substituídos por outros, mais simples e que proporcionam mais clareza, como mostrado ao longo deste guia, sempre em busca da democratização da informação.

A linguagem simples e clara em documentos governamentais em formato digital depositados em sistemas de informação democratiza a informação em dois principais pontos: primeiro, propicia o acesso aos documentos via internet; e, segundo, assegura o acesso ao conteúdo. Nesse sentido, como a oferta de documentação em formato digital em sistemas de informação disponíveis na internet tem se tornado cada vez mais comum, em parte pelo apoio da Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011), o uso do

português simplificado é uma estratégia de produção textual que facilita a compreensão do conteúdo desses documentos.

Diante dessa constatação, o uso de uma linguagem simples em documentos escritos em português pode ser considerado um passo a mais na realização de iniciativas voltadas à acessibilidade digital, como o letramento informacional, cuja atuação se relaciona, geralmente, ao acesso à documentação em formato digital. Entretanto, a adoção do português simplificado deve ser um processo longo e gradual, pois exige estudos mais aprofundados. Logo, o presente trabalho atinge o objetivo primeiro de dar início a discussões mais amplas em torno de orientações sobre o uso do português simplificado ante à preocupação com o acesso à informação.

Este guia, desse modo, configura-se como resultado de estudos desenvolvidos no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e contribui para a democratização da informação em conformidade com a missão do instituto. Conclui-se, portanto, que: (i) a facilitação do acesso ao conteúdo é intrínseca à infraestrutura informacional promovida pelo Ibict e (ii) a discussão sobre a proposição de uso de linguagem simplificada promove não somente acessibilidade, mas também o exercício pleno da cidadania e o estabelecimento do Estado de Direito. O que precisa ser levado em conta, diante de tudo o que foi dito, por fim, é a eficiência da comunicação e o respeito ao leitor privado de direitos devido a barreiras decorrentes, em grande medida, da baixa escolaridade – está aí o valor da presente proposta de utilização de um português simplificado.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

BARBOZA, Elza; NUNES, Eny. A inteligibilidade dos websites governamentais brasileiros e o acesso para usuários com baixo nível de escolaridade. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 19-33, 2009. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1599>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 35-37, jun. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50009-67252006000200014. Acesso em: 9 abr. 2023.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O dicionário e o vocabulário da língua portuguesa. **Linha D'Água**, São Paulo, [s. n.], n. 10, p. 31-39, 1996. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v0i10p31-39. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37164>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/l13146.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. **Manual de elaboração de textos.** Brasília, DF: Senado Federal, 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70468/Manual%20de%20Elaboracao%20de%20Textos.pdf?sequen-ce=2&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. **Manual de redação da Presidência da República.** 3. ed. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. **Modelo de acessibilidade em Governo Eletrônico.** Brasília, DF: Departamento do Governo Eletrônico, 2014. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. **Substitutivo adotado pela CTASP ao Projeto de Lei nº 6.256, de 2019.** Altera o art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer normas acerca da linguagem utilizada em atos normativos editados pela administração pública e na comunicação com os usuários de seus serviços. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mos-trarintegra;jsessionid=node069uank64ubfv183j2uon6hdc019655237.node0?codteor=2178037&filename=Tramitacao-SBT-A+1+CTASP+%3D%3E+PL+6256/2019. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica:** ciência das significações. Tradução Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC, 1992.

CANÇADO, Marcia. **Manual de semântica:** noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2022.

CHAROLLES, Michel. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *In:* GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Puccinelli; OTONI, Paulo. **O texto:** leitura e escritura. Campinas: Pontes, 1988. p.89-35

FIORIN, José Luiz. As línguas do mundo. *In*: FIORIN, José Luiz (org.). **Linguística?** Que é isso? São Paulo: Contexto, 2013. p. 45-73.

FISCHER, Heloisa. **Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania.** Rio de Janeiro: Editora Com Clareza, 2018.

HAGE, Lara. **Comissão aprova projeto que institui a Política Nacional de Linguagem Simples em órgãos públicos.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 24 maio 2022. Ciência, Tecnologia e Comunicações. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/878987-comissao-aprova-projeto-que-institui-a-politica-nacional-de-linguagem-simples-em-orgaos-publicos/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem.** Tradução de T. C. Neto. São Paulo: Perspectiva, 2003.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF Brasil 2018: resultados preliminares.** [S. l.]: Instituto Paulo Montenegro, 2018. Disponível em: https://acaoducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. *In*: JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação.** 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2008. p.118-148

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea.** São Paulo: Cultrix, 1976.

MATTOS, Ana Carla; ESTEVES, Clara. Linguagem infantil e saúde mental. *In*: BUSTAMANTE, Vania (org.). **Saúde mental infantil: fundamentos, práticas e formação.** 1. ed. Curitiba: Appris. 2020. p. 94-104.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal de direitos humanos.** [S. l.]: ONU, set. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PLAIN LANGUAGE ACTION AND INFORMATION NETWORK (PLAIN). **Federal plain language guidelines.** [S. l.]: PLAIN, 2011. Disponível em: <https://www.plainlanguage.gov/media/FederalPLGuidelines.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo. **Currículo paulista, materiais de apoio**. São Paulo: EFAPE, 2022. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/educacao-infantil-e-ensino-fundamental/materiais-de-apoio-2/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SARDINHA, Tony Berber. *Linguística de corpus: histórico e problemática*. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 323–367, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502000000200005>. Disponível em: scielo.br/j/delta/a/vGknQkZQGs-GYbrQfKmTZY4s/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 jun. 2023.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto: leitura e produção**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1999.

SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya ; BENEDETTO, Laís dos Santos di; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. O que é Libras? *In*: PINHO, Sheila Zambello de. (org.). **Caderno de formação: formação de professores: bloco 02: didática dos conteúdos**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. v. 11, p. 45-48.

SOUZA, Vanzorico Carlos de. **O vocabulário básico do português no processo de aquisição da língua materna**. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/86598/souza_vc_me_sjrp.pdf?jsessionid=FF7ECA70637E93A862C34B0936D06123?sequence=1. Acesso em: 18 jun. 2023.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

TUBBS, Stewart; MOSS, Sylvia. **Human communication: principles and contexts**. New York, NY: McGraw Hill, 2006.

UNITED NATIONS. **Universal declaration of human rights**. [S. l.]: UN, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021/03/udhr.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

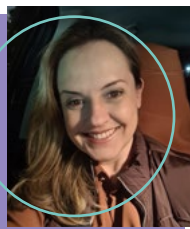


SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES



Amanda Cavalcante Pereira, licenciada em Letras Inglês e Respectiva Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), com pesquisa em foco em linguagem e desconstrução.



Flavia Furlan Granato, doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e mestra em Linguística pela Universidade de Franca (Unifran), com foco nos estudos em semiótica do discurso. Graduada em Pedagogia (com habilitação em Administração Escolar) e Letras (Licenciatura Plena) pelo Centro Universitário Barão de Mauá e especialista (Lato Sensu) em Língua Portuguesa e Estudos Literários pela mesma universidade. É membro do Grupo de Pesquisa em Semiótica da Unesp (GPS-Unesp).



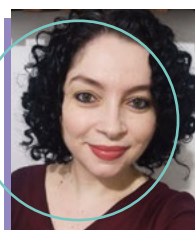
Flavia Karla Ribeiro Santos, doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e mestra em Linguística pela Universidade de Franca (Unifran), com foco nos estudos em historiografia linguística e semiótica do discurso. Integra o Comitê de Semiótica da Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e o GT de Semiótica da Anpoll. É membro do Grupo de Pesquisa em Semiótica da Unesp (GPS-Unesp); da Federação Românica de Semiótica (FedRoS); do Grupo Tecnologias para Construção de Observatórios do Ibict; e do grupo Actantes, da Unifran.



Milton Shintaku, mestre e doutor em ciência da informação pela Universidade de Brasília (UnB) com estudos em comunicação científica e tecnologias para gestão da informação.



Mirella Balestero é doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCLar-UNESP), desenvolve pesquisas em Estudos do Léxico e em Revisão de Textos. É mestre em Linguística pela FCLar e Bacharel em Linguística pela UFSCar. Além disso, é membro do Grupo de Pesquisa Estudos do Léxico: descrição e ensino, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm), da Universidade Federal de São Carlos, e do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC/ICMC-USP).



Patricia Veronica Moreira, mestra em Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutora em Linguística e Língua Portuguesa pelas Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e *Université de Limoges* (UNILIM), com foco nos estudos em historiografia linguística e semiótica do discurso. Integra o Comitê de Semiótica da Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e o GT de Semiótica da Anpoll. É membro do Grupo de Pesquisa em Semiótica da Unesp (GPS-Unesp) e da Federação Românica de Semiótica (Fedros).



Rosilene Paiva Marinho de Sousa Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Direito e Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário de João Pessoa, Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes, Graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Claretiano e Graduação em Licenciatura em História e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Foi membro da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos e Relação de Consumo e secretária da Comissão de Tecnologia da Informação da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional da Paraíba. Professora do curso de Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT/UFOB. Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict.

A língua é uma das características de um povo, sendo um dos elementos principais da comunicação. Em alguns casos, une uma comunidade, pois é parte de sua cultura. Entretanto, pode também provocar (até mesmo intensificar) a exclusão social, na medida em que o uso de palavras incomuns e construções complexas, bem como os abusos estilísticos, frequentemente, ergue uma barreira ao entendimento das informações. Para atenuar esse problema, este guia traz a proposta de um modelo de simplificação do português. Trata-se de uma contribuição à democratização da informação, pois apresenta meios simples de criação ou conversão de textos, principalmente os governamentais, que têm os cidadãos brasileiros como interlocutores. Seguindo tais orientações, os próprios autores desses textos podem atuar na promoção do acesso ao conteúdo de documentos, sobretudo os disponibilizados na internet. O uso do português simplificado é, ainda, um esforço complementar a outra estratégia de eliminação de barreiras ao acesso à informação: a melhoria da acessibilidade a e-mails, sites e páginas da internet mediante alteração do layout e de suas funcionalidades.